

# Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020

Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação do Orçamento Estadual  
Abril 2019

- Para que serve a LDO?
- Cenário Econômico
- Receita X Despesa
- Resultado Primário
- Resultado Nominal
- Orçamento Saúde
- Principais Alterações na PLDO 2020

# Pra que Serve a LDO?

---



# Pra que Serve a LDO?

## 1) Constituição Federal (1988)

- a) Metas e prioridades da administração pública;
- b) Orientações para a elaboração da LOA;
- c) Alterações na legislação tributária; e
- d) Política de aplicação das agências de fomento.

## 2) LRF (2000)

- a) Busca do equilíbrio fiscal
- b) Metas Fiscais;
- c) Riscos Fiscais.

# Premissas Econômicas 2019 a 2022

Variável	2019	2020	2021	2022
PIB - Paraná (Taxa real de crescimento %)	2,60%	2,80%	2,60%	2,60%
PIB - Brasil (Variação %)	1,98%	2,75%	2,50%	2,50%
Inflação - IPCA	3,89%	4,00%	3,75%	3,75%
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	3,70	3,75	3,80	3,85
Taxa de Juros Média - SELIC	6,50%	7,50%	8,00%	8,00%

FONTE: BCB, IPARDES.

Nota: Para o PIB Paraná foram utilizadas estimativas do IPARDES. Para o IPCA, o PIB Brasil, a taxa de juros e a taxa de câmbio, foram utilizadas as medianas das expectativas de mercado disponíveis em 29/03/2019 pelo Banco Central do Brasil - BCB.

# Receita Consolidada


## Receita Consolidada (em Milhões de Reais)

Descrição	LOA 2019	PLDO 2020	% Cresc
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>53.736,18</b>	<b>57.580,81</b>	<b>↑ 7,2%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.917,69	40.212,88	↑ 6,1%
Receitas de Contribuições	1.840,73	2.018,75	↑ 9,7%
Receita Patrimonial	1.857,94	1.532,63	↓ -17,5%
Receita Agropecuária	12,38	12,15	↓ -1,8%
Receita Industrial	19,96	20,98	↑ 5,1%
Receita de Serviços	1.615,54	2.320,67	↑ 43,7%
Transferências Correntes	9.656,47	10.006,99	↑ 3,6%
Outras Receitas Correntes	815,49	1.455,77	↑ 78,5%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.595,65</b>	<b>1.265,91</b>	<b>↓ -51,2%</b>
Operações de Crédito	552,7	734,95	↑ 33,0%
Alienação de Bens	965,42	119,58	↓ -87,6%
Amortização de Empréstimos	25,63	24,76	↓ -3,4%
Transferência de Capital	409,31	380,39	↓ -7,1%
Outras Receitas de Capital	642,59	6,23	↓ -99,0%
Receitas Correntes - Intraorçamentárias	2.256,39	2.180,61	↓ -3,4%
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	1.161,39	568,80	↓ -51,0%
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>59.749,61</b>	<b>61.596,12</b>	<b>↑ 3,1%</b>
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>5.510,93</b>	<b>5.807,32</b>	<b>↑ 5,4%</b>
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>54.238,68</b>	<b>55.788,81</b>	<b>↑ 2,9%</b>

Obs.: Receitas do Orçamento Fiscal e do RPPS.

# Despesa Consolidada

## Despesa Consolidada (em Milhões de Reais)

Descrição	LOA 2019	PLDO 2020	% Cresc
<b>Despesas Correntes</b>	<b>48.750,40</b>	<b>50.942,25</b>	 <b>4,5%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	28.559,22	29.924,53	 4,8%
Juros e Encargos da Dívida	685,93	856,00	 24,8%
Outras Despesas Correntes	19.505,25	20.161,72	 3,4%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>5.488,28</b>	<b>4.846,55</b>	 <b>-11,7%</b>
Investimentos	4.367,33	2.824,76	 -35,3%
Inversões Financeiras	456,73	1.082,48	 137,0%
Amortização da Dívida	664,22	939,31	 41,4%
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>54.238,68</b>	<b>55.788,81</b>	 <b>2,9%</b>

# Despesa Primária

## Despesas Primárias (em Milhões de Reais)

Descrição	LOA 2019	PLDO 2020	% Cresc	
<b>Despesas totais</b>	<b>54.238,68</b>	<b>55.788,81</b>	↑	<b>2,9%</b>
(-) Juros e Encargos	685,93	856,00	↑	24,8%
(-) Amortização da Dívida	664,22	939,31	↑	41,4%
(-) Concessão de Empréstimo	,00	,00	↑	0,0%
<b>Despesas Primárias</b>	<b>52.888,52</b>	<b>53.993,49</b>	↑	<b>2,1%</b>



# Despesa Primária Corrente

## Despesas Primárias Correntes (em Milhões de Reais)

Descrição	LOA 2019	PLDO 2020	% Cresc	
<b>Despesas Correntes Total</b>	<b>48.750,40</b>	<b>50.942,25</b>	↑	<b>4,5%</b>
(-) Juros e Encargos	685,93	856,00	↑	24,8%
(-) Transferências à Municípios	9.459,33	9.993,90	↑	5,7%
(-) Pasep	396,34	370,67	↓	-6,5%
<b>Despesas Primárias Correntes</b>	<b>38.208,80</b>	<b>39.721,69</b>	↑	<b>4,0%</b>

Base de cálculo - artigo 29	Valor	IPCA 2018	IPCA 2019	IPCA 2020
Despesas primárias correntes empenhadas em 2017	37.293.603.300	38.692.113.424	40.201.105.847	41.809.150.081
<b>Diferença</b>				<b>2.380.679.245</b>

IPCA 2018	3,75%
IPCA 2019	3,90%
IPCA 2020	4,00%

# Resultado Primário

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total	55.788.808.787	53.643.085.372	11,18%	141,03%
Receitas Primárias (I)	53.114.349.229	51.071.489.643	10,64%	134,27%
Despesa Total	55.788.808.787	53.643.085.372	11,18%	141,03%
Despesas Primárias (II)	53.993.493.342	51.916.820.521	10,82%	136,49%
<b>Resultado Primário (III) = (I – II)</b>	<b>(879.144.113)</b>	<b>(845.330.878)</b>	<b>-0,18%</b>	<b>-2,22%</b>

# Resultado Nominal

R\$ 1,00

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da linha (I)	2020	2021	2022
	-879.144.113	-643.209.912	-430.933.062

JUROS NOMINAIS	2020	2021	2022
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (II)	121.744.043	126.613.805	131.678.357
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (III)	827.167.020	829.969.498	858.256.229

<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da linha (IV) = (II - III)</b>	<b>-1.584.567.090</b>	<b>-1.346.565.605</b>	<b>-1.157.510.934</b>
---	-----------------------	-----------------------	-----------------------

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - FUNDADA (V)</b>	<b>25.286.191.654</b>	<b>24.959.340.253</b>	<b>25.282.109.045</b>
<b>DEDUÇÕES (VI)</b>	<b>7.734.078.535</b>	<b>6.187.262.828</b>	<b>4.976.321.035</b>
Disponibilidade de Caixa	6.167.849.135	4.934.279.308	3.472.740.811
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.651.232.371	6.120.985.897	4.896.788.718
(-) Restos a Pagar Processados (VII)	1.483.383.236	1.186.706.589	1.424.047.907
Demais Haveres Financeiros	1.566.229.400	1.252.983.520	1.503.580.224
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (VIII) = (V) - (VI)</b>	<b>17.552.113.119</b>	<b>18.772.077.425</b>	<b>20.305.788.010</b>

# Previsão de recursos

## COMPROMETIMENTO DO ICMS Vinculações sobre R\$ 100 mil

<b>Cota Parte do Estado (75%)</b>	<b>75.000,00</b>	<b>%</b>
Saúde	9.000,00	12,00%
Educação	22.500,00	30,00%
Pasep	787,50	1,05%

<b>Cota Parte do Estado Líquida</b>	<b>60.000,00</b>	<b>%</b>
Precatório	1.200,00	2,00%
Ciência e Tecnologia	1.200,00	2,00%

<b>Cota Parte Estado Líquida C&amp;T e PASEP</b>	<b>58.182,60</b>	<b>%</b>
Poderes	10.822,00	18,60%

<b>Total de Vinculações (Inclui Município)</b>	<b>70.509,50</b>	
<b>Receita Livre do Estado (ICMS 100%)</b>	<b>29.490,50</b>	<b>29,49%</b>

## COMPROMETIMENTO DO IPVA Vinculações sobre R\$ 100 mil

<b>Cota Parte do Estado (50%)</b>	<b>50.000,00</b>	<b>%</b>
Saúde	6.000,00	12,00%
Educação	15.000,00	30,00%
Pasep	525,00	1,05%

<b>Cota Parte do Estado Líquida</b>	<b>40.000,00</b>	<b>%</b>
Precatório	800,00	2,00%
Ciência e Tecnologia	800,00	2,00%

<b>Cota Parte Estado Líquida C&amp;T e PASEP</b>	<b>38.788,40</b>	<b>%</b>
Poderes	7.214,60	18,60%

<b>Total de Vinculações (Inclui Município)</b>	<b>80.339,60</b>	
<b>Receita Livre do Estado (ICMS 100%)</b>	<b>19.660,40</b>	<b>19,66%</b>

# Previsão de recursos

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	LOA 2019	PLDO 2020	% Cresc.
<b>RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>37.114.279.000,00</b>	<b>39.455.123.001,00</b>	<b>↑ 6,3%</b>
IRRF	2.975.000.000,00	3.205.000.000,00	↑ 7,7%
IPVA	3.433.225.000,00	3.612.208.000,00	↑ 5,2%
ITCMD	436.208.000,00	453.700.000,00	↑ 4,0%
ICMS	30.269.846.000,00	32.184.215.001,00	↑ 6,3%
<b>(+) RECEITAS DE ACESSÓRIOS DE IMPOSTOS</b>	<b>604.677.001,00</b>	<b>531.722.000,00</b>	<b>↓ -12,1%</b>
Multas e juros de mora do ITCMD	12.599.000,00	13.104.000,00	↑ 4,0%
Multas e juros de mora do IPVA	116.974.000,00	55.859.000,00	↓ -52,2%
Multas e juros de mora do ICMS	207.177.001,00	220.280.000,00	↑ 6,3%
Receita da dívida ativa do IPVA	8.446.000,00	8.693.000,00	↑ 2,9%
Receita da dívida ativa do ICMS	257.396.000,00	231.658.000,00	↓ -10,0%
Receita da dívida ativa do ITCMD	2.085.000,00	2.128.000,00	↑ 2,1%
<b>(+) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO RELATIVAS A IMPOSTOS</b>	<b>2.917.188.130,00</b>	<b>2.847.858.980,00</b>	<b>↓ -2,4%</b>
Cota-parte do FPE	2.128.460.000,00	2.259.521.352,00	↑ 6,2%
Cota-parte do IPI	583.978.130,00	588.337.628,00	↑ 0,7%
L.C. Nº 87/96	204.750.000,00	-	-
<b>(-) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>9.443.050.780</b>	<b>9.993.895.587,00</b>	<b>↑ 5,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31.001.083.351,00</b>	<b>32.680.708.394,00</b>	<b>↑ 5,4%</b>
X 12%	3.720.130.002,12	3.921.685.007,28	↑ 5,4%
<b>VINCULAÇÃO</b>	<b>3.720.130.002,12</b>	<b>3.921.685.007,28</b>	<b>↑ 5,4%</b>

Nota: Os valores da PLDO 2020 poderão sofrer alterações conforme as novas previsões de receita para a Proposta de Lei Orçamentária Anual 2020.

## Previsão de recursos para a Secretaria de Estado da Saúde R\$ 1,00

Fonte de Recursos	LOA 2019	PLDO 2020	% Cresc
Fonte 100	3.720.130.002	3.921.685.007	↑ 5,4%
Fonte 255	1.549.578.900	1.836.355.690	↑ 18,5%
<b>Total</b>	<b>5.269.708.902</b>	<b>5.758.040.697</b>	<b>↑ 9,3%</b>

# Principais Alterações na PLDO 2020

- **Art. 14.** As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS, serão executadas mediante empenho, liquidação e pagamento utilizando-se a modalidade de aplicação 91, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, excetuando os repasses para cobertura das insuficiências financeiras dos Fundos Financeiro e Militar.
- **Parágrafo único.** Os repasses efetuados a título de insuficiência financeira dos Fundos Financeiro e Militar, inclusive relativos aos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, será realizado, obrigatoriamente, por meio de execução extraorçamentária de seu respectivo órgão, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, instituído pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 e Portaria STN nº 840/2016.

# Principais Alterações na PLDO 2020

- **Art. 16.** O orçamento dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual, excluídas as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as contribuições ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, as operações de crédito, as transferências da União e as receitas vinculadas.
- I – PODER LEGISLATIVO: 4,73%
- II – PODER JUDICIÁRIO: 8,99%
- III – MINISTÉRIO PÚBLICO: 3,88%
- **Parágrafo único.** Do percentual de 4,73% (quatro vírgula setenta e três por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,80% (um vírgula oitenta por cento).

## LDO 2019 OS PERCENTUAIS ERAM:

I – PODER LEGISLATIVO: 5,0%

II – PODER JUDICIÁRIO: 9,5%

III – MINISTÉRIO PÚBLICO: 4,1%



# Principais Alterações na PLDO 2020

- **Art. 17.** A Defensoria Pública do Paraná, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de até R\$ 67.450.000,00 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).
- **Art. 18.** Ao limite estabelecido nos arts. 16 e 17, serão deduzidos os montantes necessários ao cumprimento do art. 14, parágrafo único, da presente lei.
- **Parágrafo único.** Cabe ao Paranáprevidência a realização do cálculo para cumprimento do *caput* deste artigo.

- **Art. 25.** Os órgãos e entidades da Administração Indireta com receitas descentralizadas do Tesouro Geral do Estado deverão programar o pagamento das requisições de pequeno valor oriundas do Poder Judiciário Estadual ou Federal à conta de suas dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras próprias.
- **Art. 26.** Serão deduzidos dos repasses financeiros estabelecidos no art. 20 desta Lei, as parcelas referentes ao descumprimento do disposto no art. 23, parágrafo único, da Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012.
- **Art. 29.** Compete aos Poderes, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública alocar recursos em seus respectivos orçamentos para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor decorrentes de decisões judiciais favoráveis aos servidores a eles vinculados, não sendo permitido ao Poder Executivo arcar com as referidas despesas.

- **Art. 33.** O Poder Executivo encaminhará, em conjunto com o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2020, projeto de lei estabelecendo o cronograma de implantação do reajuste previsto no art. 3º da Lei nº 18.493/2015, observadas as seguintes condições:
- I – o crescimento da arrecadação decorrente da reestimativa das receitas;
- II – observância dos limites para a despesa total com pessoal previstos em legislação federal e estadual;
- III – disponibilidade de recursos para implantação de todas as promoções, progressões e indenizações por licenças especiais não gozadas.



**MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE**  
Coordenadora do Orçamento Estadual  
COE/SEFA

[marcia.rebonato@sefa.pr.gov.br](mailto:marcia.rebonato@sefa.pr.gov.br)  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)